

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Licenciatura

FLÁVIA VIEIRA LOURENÇO

**A DISCUSSÃO RACIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA
NO SÉCULO XXI**



Alfenas - MG

2022

FLÁVIA VIEIRA LOURENÇO

**A DISCUSSÃO RACIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA NO
SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Geografia pelo Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas - MG, sob orientação do Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves.

Alfenas – MG
2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG

Profa. Dra. Sandra de Castro de Azevedo – UNIFAL-MG

Prof. Dr. Felipe Riccio Schiefler – IF Farroupilha

Alfenas (MG), 15 de fevereiro de 2022

Resultado

Epígrafe

Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas, juntas, dão o que dão, não é? É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica. - Milton Santos

Dedicatória

À Bethania Vieira (in memoriam), por ser o meu primeiro incentivo e se alegrar comigo pelo meu início na trajetória geográfica.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais e irmã, por todo o suporte e apoio para a realização dos meus sonhos. Obrigada ao meu orientador, Flamarion, por acreditar em mim e me incentivar tanto em todos esses anos de graduação. À banca examinadora, por terem aceito o convite e se disponibilizarem a dar contribuições tão valiosas. Agradeço a todos os amigos por cada palavra de conforto e incentivo em todas as etapas de desenvolvimento científico, cada conversa motivadora e pela companhia em tantos momentos felizes de descontração. Agradeço também aos meus ancestrais e tantos membros do Movimento Negro brasileiro, que lutaram tanto e pavimentaram o caminho para que as novas gerações tivessem oportunidades de acesso à cultura, ao ensino e à pesquisa.

Resumo

Por muitos anos as questões raciais e seus desdobramentos foram tratados com desdém por boa parte dos geógrafos, o que ocasionou um apagão de dados concretos e discussões sobre temas pertinentes a mais da metade da população brasileira. Neste sentido, com o aumento da visibilidade do Movimento Negro brasileiro e de outros movimentos sociais, políticas afirmativas de acesso ao ensino superior e maior participação de negros e negras nos espaços de debate se fizeram necessários para compreender os impactos destas discussões no meio acadêmico. Para a realização deste trabalho foram selecionados artigos de dez das principais revistas de Geografia do país, com o objetivo de analisar o processo de discussão da temática racial na geografia brasileira a partir do século XXI, a contextualização econômica dos brasileiros negros no período de 2000-2020, o racismo e as políticas afirmativas de cotas. Apesar de tímido, o avanço das discussões sobre a temática étnico-racial vem sendo feito dentro das diversas áreas da ciência geográfica, refletindo a dedicação dos novos pesquisadores e o aumento da presença de indivíduos negros na universidade.

Palavra-chave: discussão racial; geografia brasileira; raça, ações afirmativas.

Abstract

For many years, racial issues and their consequences were treated with disdain by most geographers, which caused a blackout of concrete data and discussions on topics relevant to more than half of the Brazilian population. In this sense, with the increased visibility of the Brazilian Black Movement and other social movements, affirmative policies of access to higher education and greater participation of black men and women in debate spaces were necessary to understand the impacts of these discussions in the academic environment. In order to carry out this work, articles from ten of the main Geography magazines in the country were selected, with the objective of analyzing the process of discussion of the racial theme in Brazilian geography from the 21st century, the economic contextualization of black Brazilians in the period from 2000 to 2020, racism and quota affirmative policies. Despite being timid, the advancement of discussions on the ethnic-racial theme has been carried out within the various areas of geographic science, reflecting the dedication of new researchers and the increase in the presence of black individuals at the university.

Keywords: racial discussion; Brazilian geography; race, affirmative action.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Metodologia	14
2 RAÇA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO	20
3 A GEOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI E OS ESTUDOS RACIAIS	30
3.1 Geografia Urbana	34
3.2 Ensino de Geografia	35
3.3 Geografia Agrária	35
3.4 Geografia Cultural	36
3.5 Geografia Política	36
3.6 Geografia de Gênero	37
3.7 Geografia Econômica	37
3.8 Geografia da População	38
3.9 Geografia de Redes	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Diversos povos compõem a matriz de formação da população brasileira, tornando o país mundialmente conhecido pela miscigenação entre diversas etnias, especialmente negros advindos de várias regiões da África, europeus, árabes e japoneses. Apesar da mistura entre os povos e a suposta exaltação do “caldeirão cultural”, algumas parcelas da população se encontram em maior vulnerabilidade social do que outras, e esta vulnerabilidade se dá especialmente pelo critério raça/cor.

Fazendo um recorte mais específico se tratando da população negra, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, 45,06% da população do país se declara como parda e 8,86% se declara como preta, constituindo assim, mais da metade da população brasileira. Entender e analisar o contexto da construção desta vulnerabilidade e desigualdade é fundamental para o conhecimento do processo de formação do território e da ciência geográfica feita no país.

Raça/cor são categorias de análise importantes para a compreensão da construção das identidades, e estas categorias foram adquirindo diferentes valores sociais ao longo do tempo, pautando a heterogeneidade da população com base em teorias raciais formuladas principalmente a partir do século XVII. Além disso, há o racismo científico, os discursos político-ideológicos que buscam justificar a opressão e exploração dos povos africanos, que ainda hoje sofrem as consequências do apagamento de suas especificidades em relação ao continente europeu e até mesmo americano, incluindo mazelas sociais e econômicas.

Muitas vezes as questões raciais e seus desdobramentos são tratadas com indiferença pela maioria dos geógrafos, o que ocasiona em perdas de material teórico e debate acerca de temas pertinentes à mais da metade da população brasileira.

Com o aumento da visibilidade do Movimento Negro junto a outros movimentos sociais no século XXI, as políticas afirmativas de ingresso ao Ensino Superior e maior participação de negros e negras em espaços de debate, faz-se necessário compreender os impactos da discussão da temática racial no meio acadêmico e quais as tendências destas discussões.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de discussão da temática racial na geografia brasileira a partir do século XXI, selecionando dez revistas científicas de geografia do país. Como objetivos específicos se tem: Contextualizar a situação socioeconômica, racismo e segregação dos indivíduos pretos e pardos na sociedade brasileira; Analisar as políticas afirmativas de cotas no ensino superior brasileiro; analisando suas produções acerca de tópicos que envolvem a temática.

Para atingir tais objetivos, o trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, juntamente com todos os artigos selecionados para análise. No segundo capítulo será feito um breve resgate histórico sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil, bem como a discussão sobre raça no contexto brasileiro. No terceiro e último capítulo serão apresentados os resultados das análises dos artigos selecionados. E por fim nas considerações finais serão feitos alguns apontamentos sobre os avanços da discussão do tema no cenário nacional.

1.1 Metodologia

No que diz respeito à metodologia, a construção da pesquisa é delineada a partir dos caminhos traçados para que a mesma seja desenvolvida de forma eficiente, com o método e técnica adequados para a temática e objeto a serem pesquisados. Com a finalidade de pesquisar a questão racial do negro na geografia brasileira do século XXI, serão levados em conta alguns processos históricos, demográficos e socioespaciais na escala nacional.

O critério para a análise de conteúdo dos artigos foi a temática racial e seus desdobramentos, análise do discurso, uso de palavras-chave como raça, etnia, quilombo, negro etc. A escolha dos artigos se deu através do portal de periódicos da Capes e de diversas revistas de geografia de todo o país durante o período de 2000-2020.

As etapas da pesquisa foram pautadas em procedimentos comumente utilizados em pesquisas bibliográficas. Neste caso, utiliza-se de pesquisas em produções científicas de várias áreas da geografia, com a finalidade de compreender melhor o contexto do tema estudado a partir de outras produções científicas, associando a dados demográficos e socioeconômicos. As revistas analisadas foram GEOUSP, Revista Brasileira de Educação em Geografia, Revista NERA, Pegada, Terra Livre, Geotextos, Espaço e Cultura, Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, GeoNordeste e Revista da Anpege. A escolha dessas revistas foi pautada nas diferentes áreas de pesquisa da geografia (Trabalho, Ensino, Agrária, Urbana, Cultura) bem como de vários estados brasileiros, para tentar identificar os diferentes estudos etnico-raciais por regiões.

Os artigos analisados foram organizados conforme o quadro abaixo e totalizaram 53 trabalhos:

Quadro 01 – Artigos sobre a questão étnico-racial em revistas de Geografia do Brasil, 2000-2020.

Nº	Título do artigo	Revista	Área	Autores(as)	Ano
1	Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino	GeoUSP	Geografia Urbana	Fernando Bertani Gomes e Joseli Maria da Silva	2018
2	O Uso Do Território Paulistano Pelo Hip Hop: A Teoria De Milton Santos Para A Compreensão Da Força Do Lugar	GeoUSP	Geografia Urbana	Carin Carrer Gomes	2013
3	Pela igualdade - a geografia no debate sobre justiça social	GeoUSP	Geografia Urbana	Marcelo Gomes Justo	2000
4	A dimensão espacial no estudo da escravidão	GeoUSP	Geografia Urbana	Marco Aurelio Santos	2014
5	Imaginário, Espaço E Discriminação Racial	GeoUSP	Geografia Urbana	Maurício Waldman	2003
6	“RECORDAÇÃO DA CASA DOS MORTOS”: apontamentos sobre a docência em uma penitenciária do estado de São Paulo	Revista Brasileira de Educação em Geografia	Ensino de Geografia	Elias Coimbra da Silva	2019
7	Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais	Revista NERA	Geografia Agrária	Sérgio Roberto Moraes Corrêa e Salomão Antônio Mufarrej Hage	2011
8	Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano	Revista NERA	Geografia Agrária	Lucas Bento da Silva	2016
9	A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola	Revista NERA	Geografia Agrária	Simone Rezende da Silva	2011
10	Dos Territórios De Reforma Agrária À Territorialização Quilombola: O Caso Da Comunidade Negra De Gurugi, Paraíba	Pegada	Geografia Agrária	Karoline dos Santos Monteiro e Maria Franco Garcia	2010
11	No Olho Do Furacão, Na Ilha Da Fantasia: Precarização E Resistência Dos Trabalhadores Na Territorialização Do Complexo Celulose/Papel No Mato Grosso Do Sul	Pegada	Geografia Agrária	Tayrone Roger Antunes de Asevedo	2014
12	O Gênero Como Perspectiva De Análise Na Discussão Sobre As Localizações	Pegada	Gênero	María Franco García	2002
13	Memória De Outra Cidade: Os Quilombos E A Urbanização De Salvador (Ba)	Terra Livre	Geografia Urbana	Rinaldo De Castilho Rossi	2019

14	Espaço E Memória Do Negro Na Área Urbana De Sorocaba: Um Estudo Do Meio Contra A Invisibilidade Na Formação De Professor De Geografia E De Pedagogia	Terra Livre	Geografia Urbana	Edelci Nunes da Silva e Lourdes de Fátima Bezerra Carril	2019
15	O Lugar Das Relações Étnico-raciais Na Geografia	Terra Livre	Ensino de Geografia	Joana Célia Dos Passos E Azânia Mahin Romão Nogueira	2018
16	Corporeidade E Diferença Na Geografia Escolar E Na Geografia Da Escola: Uma Abordagem Interseccional De Raça, Etnia, Gênero E Sexualidade No Espaço Educacional	Terra Livre	Ensino de Geografia	Alex Ratts	2018
17	A Maldição De Cam: Relação “Homem-meio” E Projeto De Nação Em Sílvio Romero	Terra Livre	Geografia Política	Diogo Marçal Cirqueira	2018
18	Estudantes Africanos Em Universidades Goianas: Acordos De Cooperação, Migração E Racismo	Terra Livre	Geografia da População	Lorena Francisco de Souza	2018
19	O Livro Didático: Do Determinismo Geográfico De Delgado De Carvalho À Educação Das Relações Étnico-raciais	Terra Livre	Ensino de Geografia	Edimilson A. Mota	2017
20	Os conselhos territoriais quilombolas no estado da Bahia: mecanismos para um processo de controle social e governança territorial	Geotextos	Geografia Política	George Conceição Pedreira e Cristiano Cassiano de Araújo	2018
21	Conformação simbólica do espaço: um estudo sobre a relação hip-hop e religião	Geotextos	Geografia Cultural	Dalvani Fernandes	2017
22	Belo Horizonte para quem? Versões territoriais negras para um espaço planejadamente branco	Geotextos	Geografia Urbana	Ana Maria Martins Queiroz	2015
23	(Re)significação e (re)invenção cultural quilombola: as espacialidades afro-brasileiras do Conjunto da Marujada e do Grupo Curiango no Vale do Jequitinhonha/MG	Geotextos	Geografia Cultural	Raphael Fernando Diniz, Gisele Oliveira Miné e Maria Aparecida dos Santos Tubaldini	2014
24	Colonialidade E Forma Da Subjetividade Moderna: A Violência Da Identificação Cultural Na América Latina	Espaço e cultura	Geografia Cultural	Maurilio Lima Botelho	2013
25	História de negros, memória de mulheres: narrativas sobre o espaço urbano	Espaço e cultura	Geografia Cultural e gênero	Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro	2014
26	Mulheres Negras, Remoção E Alinhamentos Discursivo: A Vida No Bairro Carioca De Triagem	Espaço e cultura	Geografia Urbana e gênero	Jéssica Mara Raul	2015
27	As Vivências Travestis E Transexuais No Espaço Dos Terreiros De Cultos Afrobrasileiros	Espaço e cultura	Geografia Cultural e gênero	Taiane Flôres Do Nascimento E Benhur Pinós Da Costa	2015

	E De Matriz Africana				
28	Diáspora Negra: Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Cultural	Maria Inácia D'Ávila Neto e Claudio Cavas	2011
29	Candomblé no Brasil: Traçando uma nova Geografia Social de Gênero, Raça e Classe, a partir de uma proposta de sociabilidade outra	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Cultural e gênero	Estela Martini Willeman	2011
30	Tolerância das Performances de Raça e Classe na Zona Sul entre Homens Queers do Rio de Janeiro	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Cultural e gênero	Anthony Furlong	2010
31	Atravessando Fronteiras: um estudo sobre mães de-santo e a 'África imaginada' nos terreiros de candomblé do Rio de Janeiro	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Cultural e gênero	Claudio de São Thiago Cavas e Maria Inácia D'Ávila Neto	2015
32	Adolescentes Negros Moradores das Periferias Urbanas do Rio de Janeiro: entre Escola, Gênero, Masculinidades, Raça, Violência e Vivências	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Cultural	Paulo Melgaço da Silva Junior e Leandro da Conceição Borges	2018
33	Desejo de Cidade e Sociabilidade Negra	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Urbana	Rachel Cabral da Silva	2013
34	Inserção da Mulher Negra Brasileira no Mercado de Trabalho no Período de 1980 – 2010	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Econômica e gênero	Andréa Aparecida Esteves Mendes e Maria Luiza Milani	2016
35	As Mulheres e a Rua: Entre o Medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Cultural e gênero	Talita Cabral Machado e Alecsandro J. P. Ratts	2017
36	As Trabalhadoras Negras em Atividades de Serviços de Limpeza: Um Olhar que Desvela	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Econômica e gênero	Susana Maria Veleda da Silva e Rafael Moura Tédde	2018
37	Histórias de Trabalho de Mulheres Negras com Ensino Superior	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia Econômica e gênero	Denise Macedo Ziliotto e Leticia Laureano dos Santos	2015
38	Representações Sociais no Território de Elísio Medrado Marcada pelas Práticas de Prostituição das Mulheres 'Rapa-Bolso'	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia de gênero	Renilton da Silva Sandes	2012
39	De escrava à empregada doméstica: o fenômeno	Revista latino-	Geografia de gênero	Marise Vicente de Paula	2012

	da (in)visibilidade das mulheres negras	americana de Geografia e Gênero			
40	A Trajetória Acadêmica de uma Psicóloga, Mulher Trans e Negra dentro da Universidade	Revista latino-americana de Geografia e Gênero	Geografia de gênero	Ariane Senna	2018
41	Territórios Da Identidade: Os Negros E A Congada	GeoNordeste	Geografia Cultural	ADRIANE ÁLVARO DAMASCENA	2011
42	Territórios, Territorialidades E Identidades: Relações Materiais, Simbólicas E De Gênero No Campo	GeoNordeste	Geografia Cultural	Lívia Aparecida Pires de Mesquita e Maria Geralda de Almeida	2017
43	Projeto Cultura Afro-brasileira No Colégio Estadual Da Bahia	GeoNordeste	Ensino de Geografia	Neise Mare de Souza Alves, Maria Regina de Moura Rocha e Miguel Antônio dos Santos	2014
44	O Processo Do Reconhecimento Territorial E Os Impactos Das Políticas Públicas No Quilombo Cafundó – Sp	GeoNordeste	Geografia Agrária	Lucas Bento da Silva	2014
45	Fronteira Étnica: Índio E Negro No Processo De Territorialização Do Litoral Sul Paraibano	GeoNordeste	Geografia Urbana	Amanda Christinne Nascimento Marques e Maria Geralda de Almeida	2013
46	A Dinâmica Da Construção Do Território No Quilombo Cafundó.	GeoNordeste	Geografia Agrária	Lucas Bento da Silva	2016
47	Sabores E Práticas Culinárias Das Cozinheiras Negras Do Seridó (Rn – Brasil)	GeoNordeste	Geografia Cultural e gênero	Julie Antoinette Cavnignac e Danycelle Silva	2019
48	Comida E O Processo De Transterritorialização No Candomblé, Umbanda E Quimbanda Em Bocaiúva, Minas Gerais, Brasil	GeoNordeste	Geografia Cultural	Daniel Coelho Oliveira e Fábio Silva Gonçalves	2018
49	Os Processos Comunitários De Reafirmação Identitária E A Constituição De Paisagens Culturais Alternativas Nos Vales Dos Rios Doce E Jequitinhonha/Mg - Brasil	GeoNordeste	Geografia Cultural	José Antônio Souza de Deus, Ludimila de Miranda Rodrigues Silva, Mariana Rodrigues da Costa Neves e Liliane de Deus Barbosa	2018
50	A Contribuição Das Premissas Pós-coloniais Para O Ensino Da Geografia Escolar	GeoNordeste	Ensino de Geografia	Leonardo Luiz Silveira da Silva	2019
51	Cartografia da diáspora África – Brasil	Revista da Anpege	Ensino de Geografia	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	2011
52	Interseccionalidade E Mobilidade Transnacional Entre Brasil E Espanha Nas Redes De Prostituição	Revista da Anpege	Geografia de Redes e gênero	Joseli Maria da Silva e Marcio Jose Ornat	2012
53	Questão Étnico-racial Na Geografia Brasileira: Um Debate Introdutório Sobre A Produção Acadêmica Nas Pós-graduações	Revista da Anpege	Geografia Cultural	Diogo Marçal Cirqueira e Gabriel Siqueira Corrêa	2014

Fonte: GEOUSP, RBEG, NERA, Pegada, Terra Livre, Geotextos, Espaço e Cultura, RLAGG, Geonordeste,

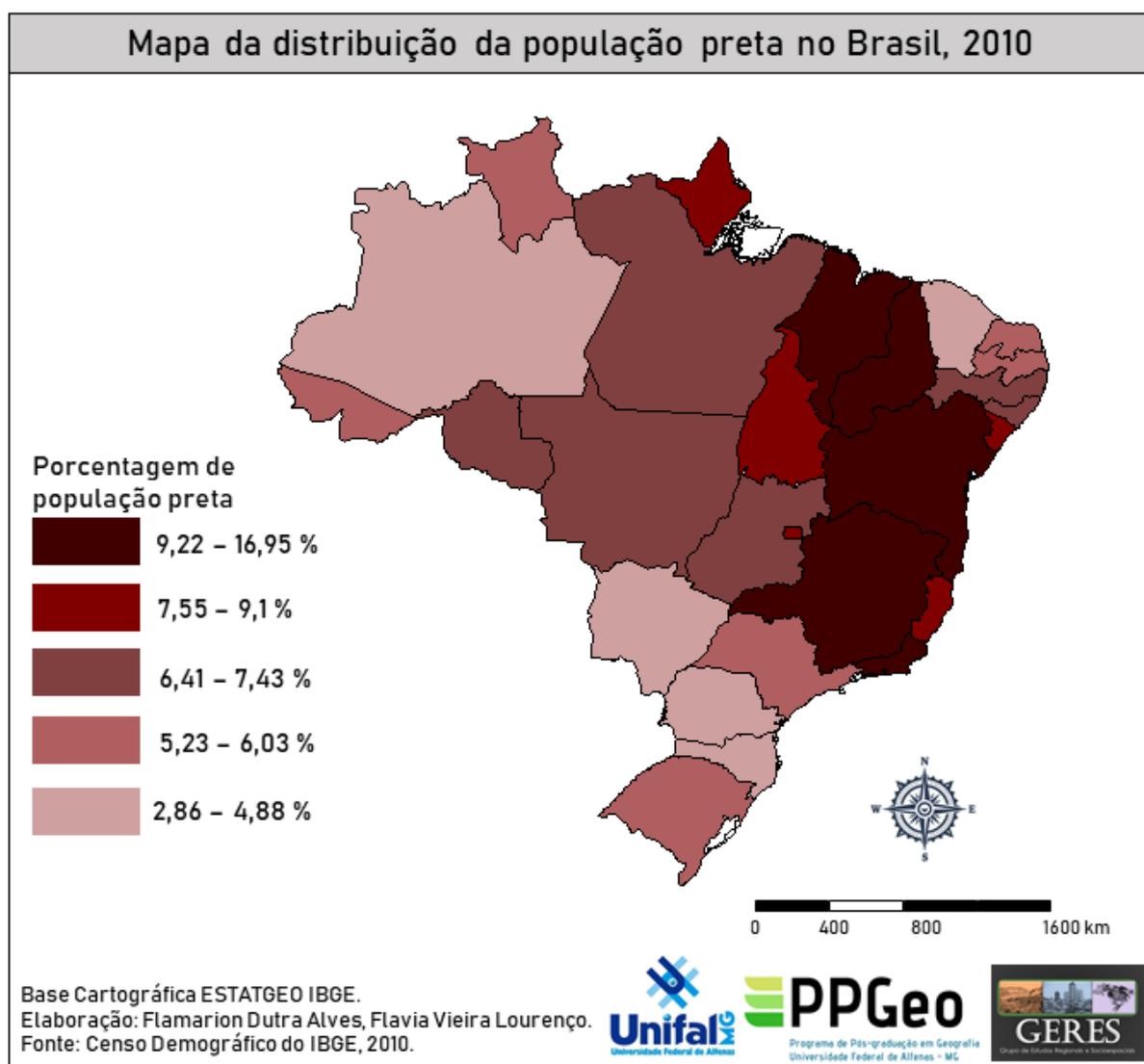
Revista ANPEGE, 2000-2020. Org.: A autora.

A escolha dessas revistas foi pautada nas diferentes áreas de pesquisa da geografia (Trabalho, Ensino, Agrária, Urbana, Cultura) bem como de vários estados brasileiros, para tentar identificar os diferentes estudos étnico-raciais por regiões. Esse recorte temporal e de revistas refletirá um momento da história da geografia brasileira, e mostrará as tendências e o desenvolvimento dessa temática na geografia contemporânea.

2. RAÇA E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil é um país de proporções continentais e com uma densidade populacional bastante heterogênea dentro de seu território. Além da heterogeneidade da densidade populacional, também é possível perceber no mapa abaixo (Figura 1) a distribuição desigual de pessoas pretas entre as regiões do país.

Figura 01 – Distribuição da população preta no Brasil em 2010.



Autores: Flamarion Dutra Alves, Flávia Vieira Lourenço, dezembro de 2021.
Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Observa-se na figura 1, uma maior presença da população negra nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Piauí e Maranhão, onde a porcentagem deste grupo pode chegar até 16,95% do total de habitantes.

Considerando que a população negra é a soma das pessoas que se autodeclararam pardas e pretas, no Brasil tem 43,4% da população parda, 7,5% da população preta, ou seja, praticamente 51% da população brasileira é negra. Em Minas Gerais esse índice aumenta, sendo 9,2% da população preta e 44,3% da população parda, totalizando 53,5% da população que se autodeclara negra.

De acordo com o Portal de Dados Abertos da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), a maioria dos discentes classificados na política de cotas raciais matriculados nos cursos de ensino superior da instituição são provenientes dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Estes dados englobam os estudantes dos campi de Alfenas, Varginha e Poços de Caldas.

Inicialmente, deve-se conceituar raça no contexto da sociedade brasileira e no contexto político-cultural. Segundo Pinho e Sansone (2008, p.28):

O termo raça dialoga primeiramente com a variabilidade dos seres humanos em termos físicos. Ou seja, a base dessa compreensão reside no fato de que os seres humanos possuem uma grande variabilidade de tipos em termos de suas respectivas aparências, especialmente quando leva-se em consideração o grau de intensidade da pigmentação de suas peles, os tipos faciais, as cores dos olhos, o formato dos cabelos e, em alguns casos, a forma corporal (altura, peso, tipo corpóreo). Aqui vale salientar que também estamos entendendo a ampla pluralidade de tipos intermediários, fruto dos distintos intercursos que vieram ocorrendo de modo pacífico ou violento ao longo da história dos distintos povos. [...]

Raça é um termo que essencialmente gera um desconforto pois foi construído socialmente de forma bastante problemática, com uma noção sobre pureza de linhagem, tornando-se um termo de uso e sentido delicados. Por muitas vezes foi confundida com noções de descendência, linhagem e origem, tomando o sentido biológico.

[...] Como sexo e natureza, raça toca de maneira tensionante em instituições e paradigmas tão imaculados em nosso sistema social que aceitar ou negar tais noções como entidades pode colocar em xeque grande parte dos elementos estruturadores de nossa vida social. Nação, família e humanidade são parte destas instituições e paradigmas que estremeçam ao mais simples vibrar da raça, do sexo ou da natureza. (SOUSA, 2010, p. 21)

Quanto à etnia, é importante considerar que ela ganha maior especificidade quando reportada a outras duas expressões de natureza correspondente: nacionalidade e raça ou aparência física (PINHO e SANSONE, 2008, p. 28).

[...]compreende-se um conjunto de fatores de natureza sociocultural que sejam causa eficiente de uso por cada pessoa, tanto do processo de constituição de suas afinidades

eletivas para com outras pessoas portadoras de hábitos, crenças e valores semelhantes, como de sua caracterização coletiva distinta perante aos demais membros da sociedade. Por outro lado, tal conceito não se confunde nem com o de classes sociais, cujo motor dinâmico vem a ser as identidades coletivas forjadas primeiramente no entorno de interesses econômicos; nem com o de grupos políticos, definidos desde seus vínculos partidários e ideológicos comuns, nem com o de castas ou estamentos, estas produtos de rígidos critérios de diferenciação social fundada em regras de ancestralidade, porém mutuamente vinculadas no interior de uma dada sociedade desde uma perspectiva holística. [...] (PINHO E SANSONE, 2008, p. 28)

Nesse sentido, também se faz importante trabalhar as questões identitárias dos indivíduos tanto em relação ao território quanto socialmente.

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla. Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas. Um exemplo dessa multiplicidade e deste caráter relacional pode ser dado pela comunidade negra americana, que se forma num processo de identificação em diferentes níveis que incluem a África, os Estados Unidos e sua própria comunidade de âmbito local (que pode ser um bairro ou um gueto) (HAESBAERT, 1999, p. 174-175)

Haesbaert (1999, p.180) ressalta que uma das características mais importantes da identidade territorial é que ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo.

Quando discutimos a história da Geografia no Brasil, Moraes (2011, p.52) afirma que, no caso dos países americanos, o desenho inicial dos territórios sobre os quais se constroem as identidades nacionais foi dado pela dominação dos impérios e pela administração colonial. Moraes (2005, p.103) também explica que, para que exista uma geografia democrática da atualidade, é preciso que se pense o Brasil como uma sociedade, em que o território é compreendido como patrimônio da nação (e não sua razão de ser).

Moraes (2005) ressalta que os órgãos oficiais no período colonial e imperial, ocultaram a participação e presença da população negra e indígena na construção de uma identidade nacional.

Também se faz importante perceber quais são os atores que atraem toda a atenção para a sua expressão identitária e quais são as implicações disso no processo de apagamento de determinados grupos. Sobre o modelo de identidade institucionalizada Bossé (2013, p.229) diz:

Esse modelo de identidade institucionalizada, do qual um dos méritos principais é assinalar o caráter construído e contextual das identidades territoriais, também atrai inevitavelmente a atenção para a dimensão ideológica de toda expressão identitária. Se a identidade territorial é construída, é, por conseguinte, contingente e variável, sempre contestável e por vezes contestada pelos atores geográficos presentes. Quem são os autores dos discursos identitários e quais as suas visões? Que relações de poder são expressas por seus discursos e o que elas revelam sobre uma identidade cujo próprio controle é, ao mesmo tempo, o meio e o objetivo das lutas envolvendo poder e influência? O questionamento das práticas e dos discursos identitários exige, portanto, que estejamos atentos aos movimentos de dominação, de controle e de exploração que ali se exprimem. Em outras palavras: devemos nos interessar pela criação e pela difusão de ideologias identitárias que repousam sobre bases ou fatores geográficos.

Quanto às ações afirmativas, se durante muito tempo os governos se preocuparam em afirmar a ausência do racismo no Brasil, após a segunda metade dos anos 1990 (pós Constituição Federal de 1988) pôde-se perceber os sinais de uma mudança de discurso e o reconhecimento de um “problema racial” que seria discutido e que se buscaria estratégias para combatê-lo. Se 1988, o ano da promulgação da atual constituição federal, foi um marco de extrema importância para o movimento negro brasileiro pelo centenário da abolição da escravidão, este mesmo movimento dizia que a desigualdade ainda se fazia presente e que não havia nada a se comemorar. Apesar de ser a primeira constituição a incluir o racismo como crime inafiançável, imprescritível e passível de pena, os grandes desafios perante a sociedade foram a aceitação da existência do racismo e o mito da democracia racial, além de enfrentar um debate que a maioria da população ainda não havia tido contato. As altas taxas de encarceramento, assassinatos de negros e negras e a grande desigualdade econômica demonstram grandes falhas de um documento que deveria proteger todos os cidadãos.

Se o racismo e a discriminação produzem historicamente uma série de exclusões no acesso à educação, seja nos ciclos formais de escolarização, seja na valorização à diversidade ou reconhecimento da contribuição de diferentes grupos étnicos e raciais e suas culturas à humanidade, estratégias e políticas públicas foram elaboradas como formas de combater o preconceito e discriminação racial nas relações pedagógicas e educacionais das escolas brasileiras. Uma dessas estratégias consiste na introdução de ações afirmativas e na Lei de Cotas (Lei nº 10.639/2003), como meio de tentar compensar os efeitos históricos de discriminações estruturais.

Guimarães propõe a adoção de um “discurso racialista” não apenas como um recurso de autodefesa que deve ajudar a recuperar o sentimento étnico, o sentimento de dignidade, de auto-estima e de autoconfiança da população afro-descendente (1995: 43). Ele entende e aplica a racialização como um instrumento simultaneamente acadêmico e político: para este autor, “raça” serve como uma “base conceitual-acadêmica” que permite articular e agilizar a luta por políticas públicas compensatórias. (HOFBAUER, 2006, p.18)

Nos censos, em determinados momentos históricos o que vigorou no Brasil nos critérios de classificação por raça foi a descendência, em que termos como caboclo, mestiço e mulato eram utilizados. Estes termos, utilizados principalmente no início do século XX, não incluíam o critério cor em suas classificações, entre outras justificativas devido à incerteza da cor da pele como critério discriminativo e pela dificuldade do entrevistado declarar sua origem ou se definir fenotipicamente. É um fato que a cor representa um traço que determina uma espécie de hierarquização social, e ao longo do tempo pesquisadores da área, membros do movimento negro brasileiro e alguns demógrafos passaram a incluir os termos preto e pardo em seus vocabulários, embora nem todos carregassem seu sentido político-cultural dado pelos militantes. Determinações macro e microestruturais levaram à elaboração de estudos que estabelecem ligações entre tentativas de branqueamento individuais e institucionais.

A pergunta mais freqüentemente feita por pesquisadores aos dados censitários brasileiros é no sentido de apontar um problema comum aos países de população mestiça: como se dá a autoclassificação de cor do grupo mestiço (já que este é o critério estipulado pelo IBGE para a coleta da cor). As pesquisas estão geralmente interessadas na propriedade da resposta do entrevistado aos critérios estabelecidos pelas instituições responsáveis pelas coletas, isto é, os estudos questionam o dado em sua dimensão macro. Entretanto, quando um respondente dos censos brasileiros declara sua cor, ele o faz em função de determinações tanto macro quanto microestruturais. (PIZA e ROSEMBERG, 1999, p. 123)

Neste trabalho, para entender a origem das desigualdades no Brasil, utilizaremos as estatísticas sociais e econômicas por raça/cor a partir dos dados gerados pelo IBGE. De acordo com a PNAD contínua 2016, a taxa de analfabetismo de indivíduos pretos ou pardos de 15 anos ou mais era de 9,9% contra 4,2% de indivíduos brancos (Tabela 1). Segundo a PNAD contínua de 2017, o rendimento médio de todos os trabalhos era de R\$ 2.814,00 para brancos, R\$ 1.606,00 para pardos e R\$ 1.570,00 para pretos (Tabela 2). Os dados do quarto trimestre da PNAD contínua de 2017 nos mostra uma taxa de desocupação de 9,5% para brancos, 14,5% para pardos e 13,6% para pretos.

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo de acordo com raça/cor de 15 anos ou mais de idade (%)

Idade	Pessoas brancas	Pessoas pretas e pardas	Total ¹
15 anos ou mais	4,2	9,9	7,2
18 anos ou mais	4,4	10,6	7,7
25 anos ou mais	4,9	12,4	8,8
40 anos ou mais	6,8	17,8	12,3

60 anos ou mais	11,7	30,7	20,4
-----------------	------	------	------

¹(Incluindo amarelos, indígenas e sem declaração)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Org.: A autora.

Destaca-se que quase $\frac{1}{3}$ da população preta e parda acima dos 60 anos é analfabeta, o que reflete os longos anos em que políticas públicas em prol das demandas educacionais específicas do povo negro eram negligenciadas.

Tabela 2 - Rendimento médio de todos os trabalhos de acordo com raça/cor

Pessoas brancas	R\$ 2.814,00
Pessoas pardas	R\$ 1.606,00
Pessoas pretas	R\$ 1.570,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Org.: A autora.

Quanto ao rendimento médio, a discrepância entre pessoas brancas e pessoas pretas e pardas ultrapassa os R\$ 1.200,00, refletindo as desigualdades históricas enfrentadas pelos negros no mercado de trabalho. Outro aspecto a ser observado é a taxa de desocupação, em que na PNAD contínua de 2017 pessoas pretas e pardas são as maiores afetadas conforme podemos observar na Tabela 3:

Tabela 3 - Taxa de desocupação no quarto trimestre de 2017 (%)

Pessoas brancas	9,5
Pessoas pardas	14,5
Pessoas pretas	13,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Org.: A autora

É sabido que a fonte ideal e mais realista acerca dos dados demográficos da população negra seria um recenseamento completo e atualizado, porém faltam políticas públicas atuais e eficientes para esta operação no país. Isto diz muito sobre o problema mal resolvido entre as instituições públicas e o histórico do país sobre pobreza, marginalização e os grupos mais afetados por estas questões. O racismo ainda é uma ferida aberta e sangrenta que ainda não conseguimos tratar institucional e estruturalmente, o que faz com que surjam ainda mais desdobramentos sobre este problema.

Segundo a Andifes e a Fonaprace, do total dos indivíduos que estavam cursando graduação no ensino superior federal, 45,05% eram pardos e 8,58% pretos, computados na PNAD 2014. (Tabela 4).

Tabela 4 - Graduandos e população brasileira segundo cor ou raça - 1996 a 2014 (%)

Cor ou raça	1996 ⁽¹⁾	2003 ⁽¹⁾	2010	2014
Amarela	0,42	0,44	1,09	0,49
Branca	55,24	51,96	47,73	45,48

Parda	38,19	41,47	43,13	45,05
Preta	5,97	5,93	7,61	8,58
Indígena	0,16	0,19	0,43	0,4
Outra	-	-	-	-
Sem declaração	0,02	-	0	0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (1996, 2003, 2010); CEPES (2014)

(¹)Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Apesar do aumento no ingresso da população negra nas universidades nas últimas duas décadas, a relação ainda é discrepante se compararmos ao total da população. De acordo com a Tabela 4, de 1996 a 2014 houve um aumento de apenas 9,39% de pessoas negras no ensino superior. Considerando o crescimento da população, o aumento da presença de negros e negras nas universidades foi muito pequeno em relação ao total de habitantes.

Quanto ao preconceito, o reflexo pode ser percebido nos dados estatísticos referentes à trajetória escolar e, conseqüentemente, à situação econômica dos indivíduos pretos e pardos. A impressão do estigma da cor faz com que o indivíduo seja desacreditado de suas habilidades e possibilidades, além de aprender a lidar com o olhar do opressor que faz parte de um grupo dominante que o coloca em uma posição de naturalização de uma suposta inferioridade social de grupos vulneráveis. Se tratando do chamado “fracasso escolar” ainda bastante presente nesta parcela da população:

[...] Duas hipóteses podem, de imediato, ser aventadas, as quais afetam particularmente os negros, as principais vítimas da distorção idade-série. Por um lado, as crianças, sobretudo as negras, ingressam efetivamente no ensino fundamental, porém mais tarde do que o ideal. Por outro, a trajetória de tais indivíduos parece ser bastante acidentada, com saídas e retornos ao sistema formal de ensino. Tais eventos, ainda que não estejam inteiramente desvinculados de dificuldades econômicas, provavelmente se relacionam a outros fatores (uma vez que, sob as mesmas condições socioeconômicas, os negros encontram-se em situação desvantajosa). O sistema educacional estaria colocando óbices à progressão dos alunos negros? Não se trata apenas de uma pergunta retórica. Em primeiro lugar, porque os dados não apenas permitem fazê-la, como até mesmo a sugerem. Em segundo, porque as escolas devem ser consideradas dentro de seu contexto social, econômico, político e cultural. Logo, se inseridas em uma sociedade preconceituosa e discriminatória, dificilmente conseguirão manter-se incólumes a tais influências. (FARBELOW, 2015, p. 14-15)

A educação enquanto importante instrumento de transformação social, pode e deve ser utilizada para combater esse preconceito e racismo que muitas vezes entram em contato com o sujeito ainda na infância. Visando contribuir com esse movimento, algumas leis e políticas públicas educacionais foram elaboradas como forma de obrigar os ambientes educativos a trabalharem essas temáticas. Se tratando do ensino regular, temos a lei 10.639/2003, que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira.

O mundo da educação (e dentro dele o ensino geografia) vem sendo nos últimos anos provocado a produzir respostas ao racismo e seus impactos na sociedade. Apontada como um mecanismo de reprodução e ao mesmo tempo um poderoso e central instrumento na superação do racismo, a educação é chamada a se repensar, a partir do tensionamento a este sistema de dominação social denunciado pelo Movimento Negro Brasileiro (SANTOS, 2015, p.317).

A política afirmativa de cotas para o acesso ao ensino superior, contida na lei nº 12.711/2012, garante a reserva de, no mínimo, 50% das matrículas por curso e turno a alunos oriundos integralmente do ensino médio público do ensino regular e EJA. Desta porcentagem, 50% das matrículas são destinadas a alunos pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência provenientes de escolas públicas. É previsto na lei o prazo de dez anos, a contar da sua data de publicação, a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Foi disponibilizada uma portaria (nº 13, de 11 de maio de 2016) que dispunha sobre as ações afirmativas na pós-graduação estabelecendo que:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pósgraduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas. (BRASIL, 2016, p.1)

Porém, no ano de 2020, a portaria nº 545 de 16 de junho, revogou a normativa de 2016, enfraquecendo os subsídios de inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência, bem como suas ações nos programas de pós-graduação.

A Geografia brasileira se relaciona com os movimentos sociais a partir da análise espacial que, apesar de não ser exclusiva dos geógrafos, muitas vezes ocupa uma posição periférica nas ciências humanas. Tomando os movimentos sociais como objeto de reflexão, muitos geógrafos tendem a trabalhar com a análise da organização destes movimentos, principalmente sobre suas estruturas e agendas de mobilização, tanto do ponto de vista da abrangência territorial ou escala local, até a escala internacional ou global. Se tratando das lutas sociais, as produções científicas na Geografia tendem a trabalhar as diferentes formas de materialização destas lutas e conflitos sociais no espaço, apresentando a produção do espaço como algo sujeito a contradições. Quanto às Geo-grafias dos movimentos sociais, Santos (2006, p.30) considera que:

[...](i) de um lado, surgem esforços para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais a partir do arcabouço conceitual da Geografia contemporânea - tomando o espaço como objeto e enquanto base do método; (ii) de outro, também há esforços no sentido da proposição de movimento social mesmo enquanto categoria de pensamento na geografia, momento em que o movimento social deixa de ser objeto e passa a ser, ele mesmo, um instrumento analítico para o desvendamento de novas espacialidades e territorialidades, como portador de novas ordens espaciais latentes que, através de sua ação (que é, neste sentido, também uma categoria não apenas política ou sociológica mas também espacial, geográfica, e fortemente distinta da forma como esta ciência tradicionalmente a tratava), se tornam patentes na espacialização da sociedade. [...] (SANTOS, 2006, p. 30)

A análise da realidade é um importante passo no processo de construção do conhecimento, uma vez que a descrição dos fenômenos nos leva a pontos de partida fundamentais para até mesmo a consolidação de determinadas temáticas na ciência geográfica.

Constitui-se, a partir destas bases, uma série de estudos que descrevem as organizações dos movimentos, espacializando-as e enfocando sobretudo a construção de núcleos de base e das entidades federativas o que chamamos aqui, então, de uma Geografia da organização dos movimentos sociais. Podemos, arbitrariamente, dividir tais trabalhos entre (i) os estudos estritamente descritivos, do ponto de vista geográfico, que recorrem a teorizações das Ciências Sociais mais que da Geografia; e (ii) os estudos que têm na descrição das formas organizativas dos movimentos o seu eixo central, mas buscam uma articulação conceitual entre espaço e movimentos sociais, estes sendo apresentados como reveladores das contradições do sistema capitalista. (SANTOS, 2006, p. 33)

O movimento negro é retratado na Geografia dentro do espectro das construções identitárias baseadas nos recortes espaciais, que direciona ações e comandos nos conflitos de interesses na sociedade.

Com efeito, o jogo de disputas pela imposição de representações que constitui a construção de identidades baseadas em enunciados espaciais nos insta a refletir sobre como elas são construídas (quais os tipos de relação entre identidade e recortes espaciais) e que interesses às constroem e mobilizam. Tais questões se justificam para nós pelo fato de que, afinal, se as identidades referidas a recortes espaciais são objeto de construção e mobilização por grupos de interesses, é porque esses grupos identificam estes recortes como sendo os recortes concernentes às escalas pertinentes para o enfrentamento de outros grupos de interesses (escalas pertinentes para a instrumentalização, que não necessariamente são as mesmas escalas do enfrentamento! Uma identidade na escala regional - supra-estadual - pode ser, e quase sempre é, mobilizada para enfrentamentos em escala nacional, por exemplo), o que nos remete à dimensão da escala (espacialidade) dos atores/interlocutores no fazer político. (SANTOS, 2006, p. 151)

Além das construções identitárias baseadas nos recortes espaciais, outras formas também podem ser incluídas a esta. No caso, vivências e experiências são passadas hereditariamente e referenciadas a um passado compartilhado, sendo chamadas de identidades

em diáspora. Estas identidades são construídas a partir de ações coletivas e vivências de misturas de matrizes raciais, étnicas e político-culturais.

Esta linha de associação entre referências espaciais e construções identitárias vem sendo explorada também por autores que analisam a constituição dos Movimentos Negros no continente americano. Estudos sobre as diferentes situações das populações que vêm se autodenominando afrodescendentes em diversos países do sul ao norte do continente americano vêm nos mostrando que complexos e diversos padrões de integração social, assimilação, desaculturação, hierarquização, etc. entre os grupos raciais (padrões que são socialmente denominados de democracia racial, melting pot, salad bowl, política de embranquecimento, mosaico cultural, segregação e exclusão racial, entre outros nomes) conformam padrões igualmente complexos e diversos de construções identitárias, que são reconstruídas e transferidas de geração para geração nos tecidos das sociedades.(SANTOS, 2006, p. 159-160)

Todos os processos impostos pelos sistemas de dominação, incluindo um projeto colonial, eurocêntrico e estruturalmente racista, exilam o conhecimento de outras narrativas e culturas das diversas universalidades possíveis.

Estas geografias das vivências de problemáticas comuns definem e se constituem em excelentes instrumentos para a mobilização de energias políticas, e para o estabelecimento de discursos comuns. Estas redes discursivas nos conduzem a refletir sobre um outro aspecto na relação entre as espacialidades das agendas e as espacialidades dos movimentos sociais: os discursos não correspondem ao real, mas sim, a significados atribuídos a ele, a representações dele! Neste sentido, desloca-se para a interpretação atribuída a uma experiência a possibilidade de construção de identidades, configuradas então a partir destas redes discursivas.(SANTOS, 2006, p. 178)

É importante refletir mais sobre as questões que emergem acerca da temática étnico-racial, especialmente no campo da geografia, articulando suas diferentes áreas e estabelecendo estratégias frente às diversas demandas socioespaciais.

3. A GEOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI E OS ESTUDOS RACIAIS

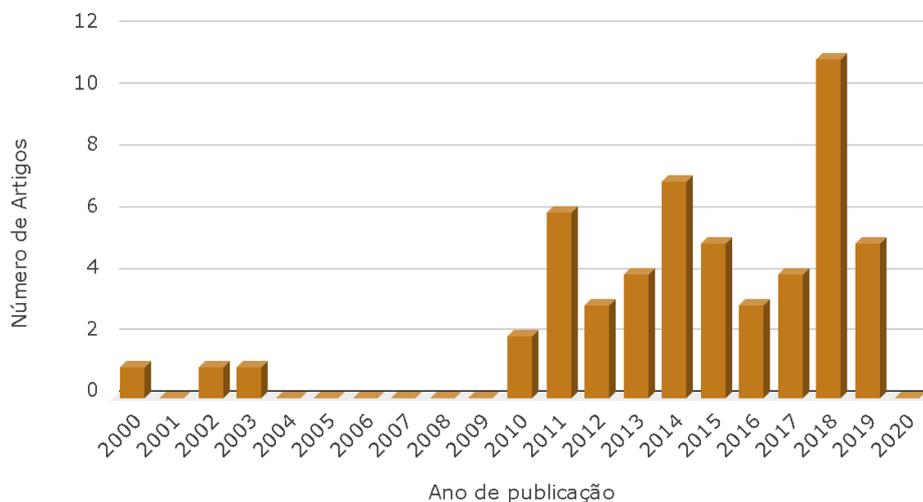
Apesar de ser um tema importante e pertinente desde o início da formação do território brasileiro, a questão étnico-racial sempre foi deixada em segundo plano, especialmente em debates onde se discutia também as questões de classe. Esta preocupação é de grande relevância, visto que os povos da diáspora e imigrantes muitas vezes produziram seus espaços de forma diferenciada, a partir de visões de mundo próprias e como forma de resistência a problemas e opressões específicas sofridas por estes grupos.

[...]Se nenhum lugar/espço é uma autenticidade coerente e contínua, então uma questão que é levantada é a de sua negociação interna. Se as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são, de fato, construídas relacionalmente, então isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção. Levanta questões de política dessas geografias e de nosso relacionamento e responsabilidade com elas, e faz surgirem, de modo contrário e, talvez, de maneira menos esperada, as geografias potenciais de nossa responsabilidade social. (MASSEY, 2008, p. 31)

A Geografia crítica e humanista pouco se esforçou em implementar um recorte racial, perpassando por diversas interpretações da constituição da nação e trazendo uma noção de “ideologia geográfica” (MORAES, 2005). Após o início dos anos 2000 uma mudança tímida começou a ocorrer nas tendências dos novos trabalhos e pesquisas publicados nas revistas de Geografia do país, nas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A questão racial na Geografia brasileira vai ganhar fôlego na segunda década do século XXI, conforme podemos observar no gráfico abaixo (Figura 02):

Figura 02 – Número de artigos publicados sobre a questão racial nas revistas selecionadas, 2000-2020.



Autora: Flávia Vieira Lourenço, dezembro de 2021. Fonte: GEOUSP, RBEG, NERA, Pegada, Terra Livre, Geotextos, Espaço e Cultura, RLAGG, Geonordeste, Revista ANPEGE, 2000-2020.

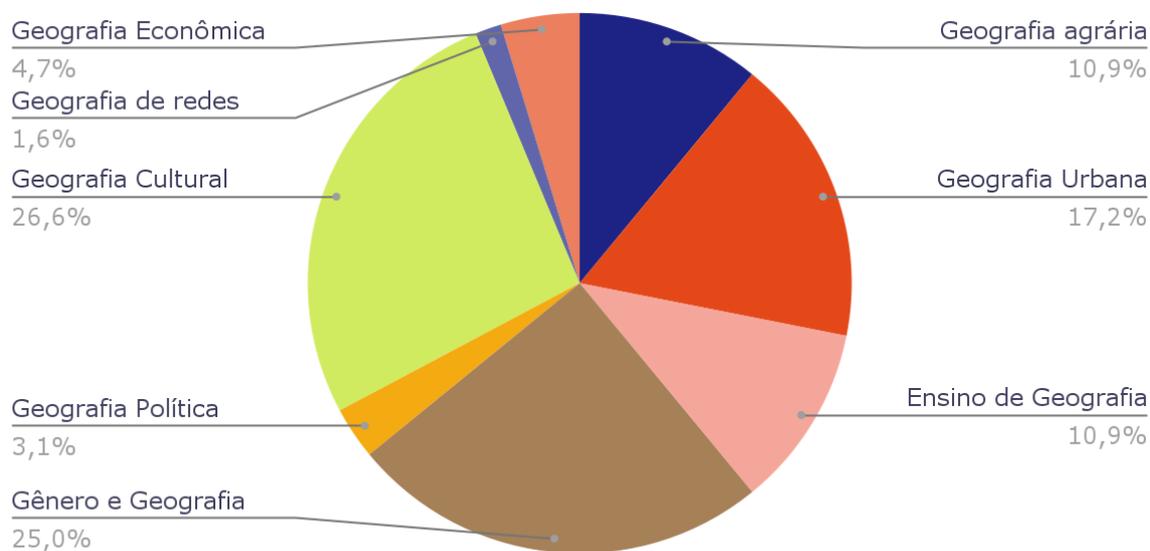
Até o ano de 2010 a discussão racial na ciência geográfica era feita de forma bastante tímida e incipiente. A partir de 2011 houve um aumento significativo do número de pesquisas realizadas e do debate acerca das especificidades relacionadas às relações étnico-raciais no espaço. Entretanto, a questão racial fica muito aquém, da importância que ela merece, no contexto geográfico.

A partir de um olhar mais cuidadoso para alguns fatos que ao longo da história se tornaram marcantes – o número reduzido de negros na universidade poderia ser um exemplo – podemos nos questionar sobre qual o lugar e o papel do negro em nossa sociedade. Mais especificamente, onde está o negro nas geografias que produzimos nessas universidades, em que ele pouco se faz presente? Através de questionamentos como este, aos poucos, nos chega a compreensão de que as diferenças existem e são definidoras de fronteiras. Talvez um olhar ligeiro e desatento para as relações sociais não nos possibilite encontrar sinais dessas diferenças, pois, há um grande esforço, das classes dominantes, para que se mantenha nossa imagem de uma sociedade harmoniosa e sem conflitos étnico-raciais. (QUEIROZ, 2015, p. 15)

Embora haja um crescimento do número de pesquisas relacionadas à temática, o avanço destas discussões ainda é lento se levarmos em consideração o número ainda pequeno de pesquisadores negros nas universidades brasileiras.

No gráfico a seguir (Figura 03) podemos observar a distribuição dos artigos analisados conforme as áreas da Geografia.

Figura 03 – Distribuição dos artigos sobre a questão racial conforme as áreas da Geografia, nas revistas selecionadas, 2000-2020.



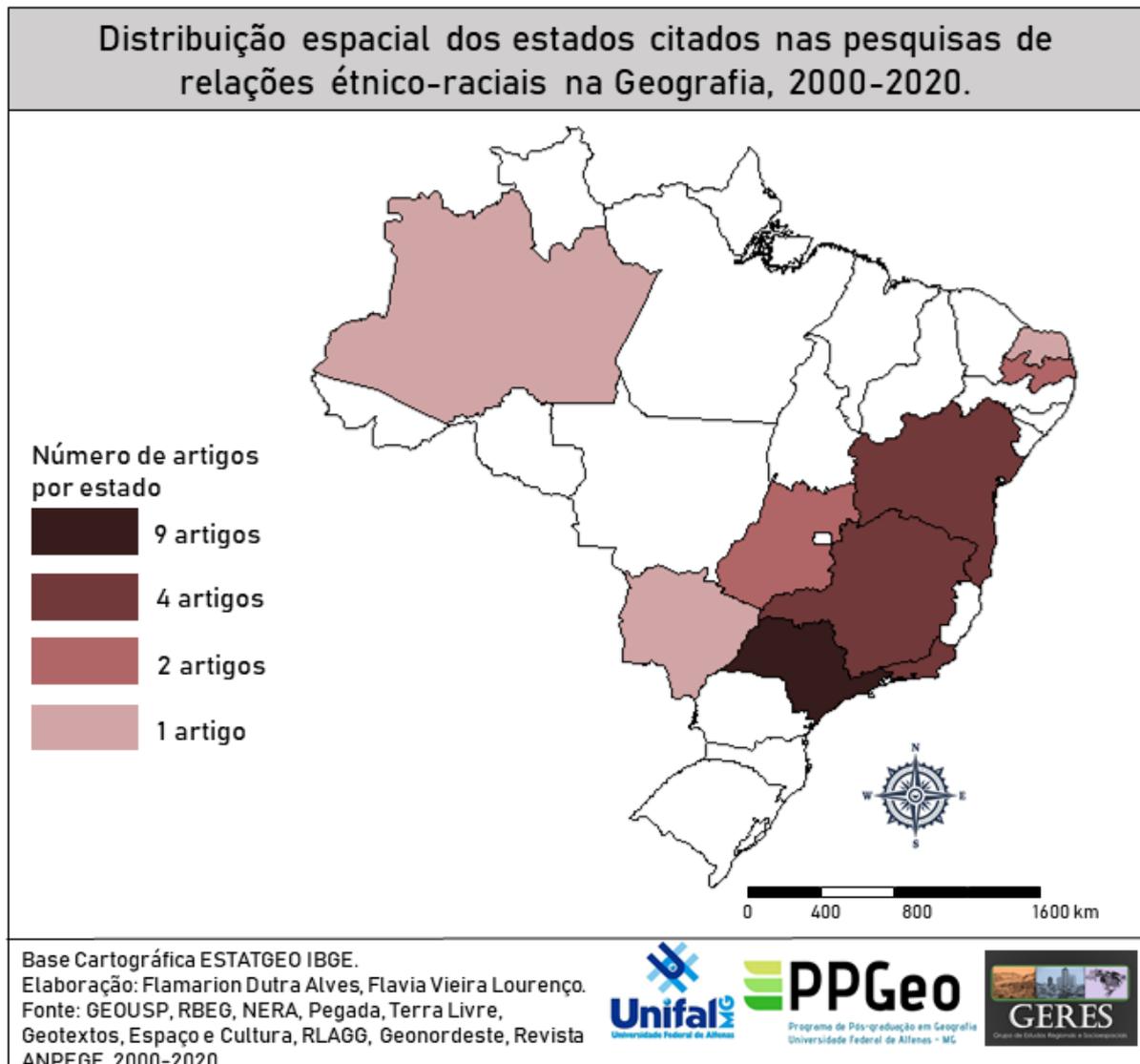
Autora: Flávia Vieira Lourenço, dezembro de 2021. Fonte: GEOUSP, RBEG, NERA, Pegada, Terra Livre, Geotextos, Espaço e Cultura, RLAGG, Geonordeste, Revista ANPEGE, 2000-2020

A temática racial é mais discutida na Geografia cultural (26,6%), nas temáticas de gênero aplicado à Geografia (25%) e na Geografia Urbana (17,2%). A distribuição dos elementos culturais dentro do espaço geográfico é o principal ponto levantado nos trabalhos de Geografia Urbana e Cultural. Nas discussões de gênero aplicado à Geografia, as territorialidades de grupos minoritários são analisadas no contexto urbano, econômico e também cultural. Áreas como Geografia Política e Geografia de Redes não discutem as relações étnico-raciais de forma tão expressiva, se restringindo somente aos debates sobre mobilidade transnacional e organização territorial.

Algumas áreas da Geografia humana em específico se debruçam mais sobre as relações étnico-raciais, e compreender as tendências destas linhas de pesquisa junto às discussões sobre raça, negritude e racismo se faz importante para o entendimento das transformações realizadas pelos atores negros no espaço geográfico. Sobre estes atores, é fundamental conhecer como estão inseridos na dinâmica populacional do país, como estão distribuídos demograficamente e quais as consequências desta distribuição para os fenômenos que os atingem.

Alguns dos artigos analisados tem como objeto de pesquisa estados brasileiros. No mapa a seguir (Figura 04) podemos observar a distribuição espacial destes estados citados nos artigos:

Figura 04 – Distribuição espacial dos estados citados nas pesquisas de relações étnico-raciais na Geografia, 2000-2020.



Autor: Flamarion Dutra Alves, Flávia Vieira Lourenço, dezembro de 2021. Fonte: GEOUSP, RBEG, NERA, Pegada, Terra Livre, Geotextos, Espaço e Cultura, RLAGG, Geonordeste, Revista ANPEGE, 2000-2020.

Em alguns dos artigos analisados, são citados municípios e estados em suas discussões. Como é possível observar no mapa acima (Figura 04), o maior registro é sobre o estado de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e Bahia. Há artigos que exploram a questão racial sem especificar um recorte geográfico, por esse motivo não estão no mapa.

O aumento da população negra nas universidades também refletiu no aumento do número de pesquisas sobre a temática étnico-racial, especialmente após o ano de 2012. Este aumento ocasionou um movimento de transformação da Geografia nacional, trazendo discussões mais profundas sobre a corporeidade.

Na Geografia latino-americana somente estudos mais recentes deram maior ênfase ao debate sobre o corpo –ou melhor, sobre a corporeidade, definida por Alicia Lindón (2012) como “linguagem estrutural que transpassa o corpo” (p. 703), centrada nas práticas cotidianas. Também aqui o trabalho de geógrafas feministas se destaca, como é o caso de Joseli Silva. Em um artigo conjunto com Marcio Ornat (Silva e Ornat, 2016), ela faz um percurso pelo tratamento sobre o corpo na Geografia brasileira e destaca a importância de sua leitura no interior do debate mais amplo sobre escala.⁷⁴ Para xs autorxs, o corpo não pode ser tratado de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero –além, é claro, de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica. (HAESBAERT, 2021, p.165)

O maior número de universidades na região Sudeste também é um indicativo do maior número de pesquisas realizadas nos estados destacados no mapa, especialmente São Paulo. Salienta-se a ausência de estudos raciais na geografia em 17 estados e o Distrito Federal, a ausência de trabalhos na região Sul e apenas 1 trabalho na região Norte.

3.1 Geografia Urbana

Tratando-se da Geografia Urbana, as principais tendências apresentadas pelos artigos analisados foram: necropolíticas espaciais, uso do território por grupos de manifestações culturais como rap e hip-hop, busca por justiça social, escravidão, espaço e discriminação racial, quilombos e urbanização, o lugar das relações étnico-raciais na Geografia, territórios negros em espaços planejadamente brancos, direito à cidade e fronteiras étnicas.

Sugiro, desta maneira, que pensar a cidade a partir da perspectiva étnico-racial é trazer outra dimensão analítica para esse espaço. É a possibilidade de seguir na direção contrária a uma Geografia essencialista e colonial, na qual não encontramos, ou encontramos sob análises hierarquizantes, a presença de determinados sujeitos, como é o caso dos povos negros. O conhecimento geográfico com o qual estamos habituados é produzido a partir de um olhar ocidentalizado, que expressa, em muitos momentos, uma única versão e negligencia a multiplicidade de histórias que podem se entrecruzar e constituir outras narrativas. Entendo que as vivências espaço-temporais dos sujeitos se distinguem e conduzem à produção de narrativas plurais e identidades que não são fixas, mas sim abertas e em constante fazer-se. Compreendo que os processos socioespaciais se constituem deste modo, pelas singularidades da vida de cada grupo étnico-racial, e que estas, por sua vez, podem levar à formação de territórios onde são inscritos os costumes, hábitos e tradições dessas coletividades. (QUEIROZ, 2015, p. 18-19)

Boa parte dos trabalhos analisados traz à tona o debate da desigualdade racial como agente de desproporção entre o acesso às oportunidades ofertadas em todos os âmbitos da sociedade, especialmente o econômico e espacial. Se tratando do direito à cidade e as diversas fronteiras existentes, é possível fazer uma análise geográfica a partir de uma perspectiva

decolonial, uma vez que certas áreas não são acessíveis a estes grupos excluídos pela falta de interesse do grupo dominante.

3.2 Ensino de Geografia

Na área de Ensino de Geografia, as principais tendências são voltadas à docência em espaços não escolares, o debate das relações étnico-raciais no Ensino de Geografia, Geografia escolar e Geografia da escola, livros didáticos e projetos culturais.

As menções às questões raciais, étnicas e de gênero continuam em vários textos afeitos à geografia escolar. Cabe reter destas leituras alguns aspectos para o cenário atual: 1) os movimentos sociais, particularmente de negros, indígenas e mulheres/feministas, como se sabe, estavam no horizonte de estudo e de militância de algumas(uns) geógrafas(os), e podem comparecer como tema na geografia escolar, desde a sala de aula, passando pelo livro didático, chegando à geografia da escola, a depender da sua constituição socioespacial: escolas públicas ou privadas, indígenas, rurais ou quilombolas; 2) a chamada “realidade social” dos(as) estudantes (e, por inferência, das escolas) era – como ainda é – parte constitutiva do percurso político-pedagógico a ser traçado pelos(as) docentes, e interfere na formação da “comunidade pedagógica (RATTS, 2018, p.120)

Os artigos se debruçam também sobre questões ainda pouco discutidas em relação à temática étnico-racial como o encarceramento em massa de indivíduos negros e as motivações para este fenômeno, especialmente as relacionadas à trajetória escolar. A formação de professores também é discutida, especialmente com uma interseccionalidade entre gênero, raça e sexualidade. O determinismo geográfico é bastante pautado dentro dos artigos analisados na pesquisa.

3.3 Geografia Agrária

A Geografia Agrária dos trabalhos analisados apresenta, principalmente, foco em políticas e práticas educacionais inter/multiculturais - especialmente na educação quilombola - , estudo de caso sobre soberania alimentar, territorialização quilombola, estudo de caso sobre precarização e resistência de trabalhadores no processo de territorialização, impactos de políticas públicas em espaços quilombolas e fronteiras étnicas.

Outra agricultura que é mais recente que surgiu como movimento de reação ao modelo político do agronegócio é a agroecologia, esta agricultura procura organizar o processo de produção de plantas e animais que totaliza no território, a partir das relações estabelecidas entre os conjuntos dos saberes tradicionais, que configura no

munho rural das Américas de formas ancestrais e culturais, que deve ser concebida em uma intencionalidade integral no qual as variáveis étnicas e sociais ocupam um papel relevante no processo prático da agroecologia. (SILVA, 2016, p. 197)

Os artigos destacam como os elementos socioculturais influenciam na produção do espaço e no modelo de produção agrícola das áreas estudadas, destacando principalmente as práticas ancestrais de cultivo.

3.4 Geografia Cultural

No caso da Geografia Cultural, os trabalhos analisados nos trazem dados e discussões sobre memórias e história dos negros, narrativas sobre o espaço urbano, diferentes manifestações religiosas, masculinidades, territórios de prostituição, trajetória de pessoas negras na universidade e relações simbólicas no campo.

As pesquisas voltadas às manifestações religiosas afro-brasileiras nos mostram como os indivíduos negros estabelecem relações com o território:

Uma das formas de resistência negra mais eficazes no sentido de garantia da permanência deste grupo étnico-racial, no cenário nacional, são as religiões de matrizes africanas. Nestes territórios geográficos e simbólicos, a composição cultural que os define enquanto religião inclui não apenas aspectos estritamente ritualísticos, mas também aspectos materiais relacionados à indumentária, culinária, arquitetura e logística; outros de caráter menos material como a língua, a musicalidade; e outros mais sutis como a preservação da tradição da oralidade, dos modos de agir, ser, tratar, comportar-se. Neste sentido, acepções ligadas à divisão social de gênero estão diretamente afetadas. (WILLEMANN, 2011, p.111)

A maioria das pesquisas de Geografia Cultural elencadas neste trabalho apresentam, além dos elementos culturais, debates em conjunto com as questões de gênero, especialmente em territórios quilombolas.

3.5 Geografia Política

Na Geografia Política as discussões giram em torno, principalmente, dos conselhos territoriais quilombolas e os mecanismos para um processo de controle social, especialmente no estado da Bahia. Os espaços deliberativos e participativos nestas comunidades são analisados a partir das perspectivas e desafios da construção cultural e política, com o objetivo de valorização do povo negro e suas práticas acerca de seu planejamento territorial.

Ainda hoje, os descendentes diretos de Zumbi e Dandara, símbolos da luta do povo negro por liberdade, travam no dia a dia um embate pelo direito à terra. É uma história de resistência que garantiu a continuidade da existência de centenas de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias. (PEDREIRA & ARAÚJO, 2018, p. 46)

Também foram citadas personalidades históricas importantes para a luta do povo negro no Brasil, ressaltando seus feitos pelo direito à terra, produção do espaço e organização do território.

Outro aspecto interessante analisado foi o da relação entre homem-meio e projeto de nação, especialmente com o projeto de branqueamento da população brasileira pós-abolição da escravatura.

3.6 Geografia de Gênero

As discussões sobre gênero na geografia pautam principalmente sobre memórias de mulheres negras, violência da identificação cultural na América Latina, vivências de travestis e transexuais nos terreiros de cultos afrobrasileiros e de matriz africana, desigualdades de gênero e raça, homens queer¹, masculinidades, inserção da mulher negra no mercado de trabalho e trajetória acadêmica de mulheres negras.

As condições que possibilitam a emergência do movimento queer ultrapassam, pois, questões pontuais da política e da teorização gay e lésbica e precisam ser compreendidas dentro do quadro mais amplo do pós-estruturalismo. Efetivamente, a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação. (LOURO, 2001, p.547)

Apesar de ser uma temática em ascensão, podemos observar uma presença bastante expressiva de novas discussões abertas nos trabalhos analisados, especialmente após o ano de 2012.

3.7 Geografia Econômica

¹ O termo *queer*, nos afirma Louro (2001, p. 546), “pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais”. Ainda segundo esta autora (2001, p. 546), “*queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora”. Louro também observa que “efetivamente, a teoria *queer* pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (LOURO, 2001, p. 547)

Na Geografia Econômica, os assuntos mais trabalhados são em relação às questões trabalhistas, especialmente às ligadas ao gênero. Os pontos mais expressivos são a inserção da mulher negra no mercado de trabalho após os anos 1980 e histórias de trabalho de mulheres negras com ensino superior.

Na sociedade patriarcal, o principal papel social das mulheres é o reprodutivo, portanto, são responsáveis pelas tarefas domésticas, consideradas como um não-trabalho, que não exige qualificação para desempenhá-lo. O trabalho considerado como o mais importante e valorizado socialmente é o produtivo, com relações assalariadas. Portanto, estar empregado, com uma relação contratual formalizada possibilita prestígio social, ao contrário de trabalhar em casa, na esfera privada. (SILVA & TÊDDE, 2018, p. 14)

Também é realizado nas pesquisas um debate acerca dos tipos de trabalho em relação ao gênero, pautando raça e classe como condicionantes para a destinação a determinadas ocupações, especialmente o trabalho doméstico.

3.8 Geografia da População

Em Geografia da População, os tópicos mais discutidos foram acerca das questões migratórias e políticas públicas voltadas à migração. Também é feita uma discussão acerca da inserção de estudantes internacionais nas universidades brasileiras, especialmente os que vêm da África, e como são realizados os acordos de cooperação.

A chamada flexibilização do ensino superior também levou à sua internacionalização, seja com o crescente fluxo de estudantes brasileiros para o exterior, seja, atualmente, com um movimento contrário a esta dinâmica, no qual se insere a mobilidade estudantil africana. Os acordos de cooperação bilaterais têm fortalecido o entendimento de que a universidade presta serviços, e também a inserem nas atividades comerciais, assim como acontece já no âmbito econômico. (SOUZA, 2018, p. 28)

Nestas pesquisas são analisadas como as políticas públicas voltadas à migração são implementadas no Brasil, especialmente as relacionadas à universidade, e como os estudantes advindos de países com maioria da população negra fortalecem a democratização do ensino para estas minorias sociais.

3.9 Geografia de Redes

A interseccionalidade entre gênero, raça, classe e sexualidade está presente na pesquisa realizada sobre o processo de mobilidade transnacional para a Espanha por travestis brasileiras.

O movimento de interseccionalidade explora a forma como os elementos identitários vão sendo acionados nas diferentes relações, marcadas por tempo e espaço. As travestis brasileiras, que exercem atividades de prostituição na Espanha, acionam categorias sociais em um complexo jogo de poder, com outros grupos sociais que envolvem a raça, a classe, o gênero e a sexualidade. O espaço assim conformado pelas relações interseccionais é dinâmico e a posição dos sujeitos confrontados é paradoxal, superando a ideia que opõe sujeitos dominados e dominantes em posições fixas [...]. (SILVA & ORNAT, 2012, p.55)

As identidades instituídas dentro da construção/desconstrução dos espaços são importantes ferramentas de análise para a imaginação geográfica, que possibilita a difusão de corporeidades que são marginalizadas ou até mesmo negadas.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como fio condutor o processo de evidenciar a temática étnico-racial na Geografia brasileira, trazendo à tona discussões que há muito são deixadas de lado por uma geografia nacional que ainda é muito negligente no que diz respeito às minorias sociais. Em um país de maioria não-branca, se faz importante pautar como os fenômenos sociais e geográficos afetam esta população, em interseccionalidade com outros elementos como gênero e classe.

Os estudos mais sólidos sobre a temática racial na Geografia Brasileira são bastante recentes, por isso a necessidade, muitas vezes, de se amparar em outras áreas do conhecimento para essa discussão, especialmente nas Ciências Sociais.

Entre os geógrafos mais citados nas referências bibliográficas dos artigos selecionados nesta pesquisa estão Rogério Haesbaert, Joseli Maria da Silva, Alex Ratts, Doreen Massey, Milton Santos, Carlos Walter Porto Gonçalves, Renato Emerson dos Santos e Lorena Francisco de Souza.

A temática étnico-racial não é propriamente uma categoria de análise da Geografia, mas ao estudarmos os lugares, territórios, espaços e paisagens não podemos deixar de compreender como essas espacialidades e territorialidades se constroem no contexto da diferenciação sociocultural, e aqui considerando a população negra nestes espaços.

O Brasil por ser um país racista e segregador desde sua origem, reproduz esses discursos e práticas dentro da academia. A ausência, quase que total de trabalhos étnico-raciais na Geografia (podemos citar outras ciências) é um sintoma dessa ciência conservadora e elitista. A ruptura, ainda que tardia e em movimento, vai ampliar a concepção dos conceitos da Geografia, como Espaço, Território, Lugar e Paisagem, ao dar visibilidade a esses sujeitos na concepção de suas espacialidades, sejam elas econômicas, culturais ou sociais.

Os autores dos artigos selecionados também consultaram obras de outras áreas das Ciências Sociais, uma vez que muitos dos debates foram introduzidos pelas mesmas aqui no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 104, p. 23-60, jul-dez. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/2137>. Acesso em: 20 jan. 2022
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia da Diáspora África-Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, 2019.
- ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes. No olho do furacão, na ilha da fantasia: precarização e resistência dos trabalhadores na territorialização do complexo celulose/papel no Mato Grosso do Sul. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 15, n. 2, 2014.
- BOSSÉ, Mathias Le. **As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.), *Geografia Cultural: Uma Antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 221-232.
- BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. **Espaço e Cultura**, n. 34, p. 195-230, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. ANDIFES. **Pesquisa de Perfil dos Graduandos das IFES 2014**. Dezembro de 2015. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf - Acessado em 16 de setembro de 2019
- CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio. História De Negros, Memória De Mulheres: Narrativas Sobre O Espaço Urbano. **Espaço e Cultura**, n. 36, p. 203-216, 2014.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 192 p.
- CAVAS, Claudio de São Thiago; NETO, Maria Inácia DÁvila. Atravessando fronteiras: um estudo sobre mães-de-santo e a “África imaginada” nos terreiros de candomblé do Rio de Janeiro. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 52-70, 2015.
- CAVIGNAC, Julie Antoinette; SILVA, Danycelle. Sabores E Práticas Culinárias Das Cozinheiras Negras Do Seridó (RN–brasil). *Revista GeoNordeste*, n. 2, p. 20-40, 2019.
- CERQUEIRA, D. Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal et al. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnicoracial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2014.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. A maldição de Cam: relação "homem-meio" e projeto de nação em Silvio Romero. **Terra Livre**, v. 1, n. 46, p. 142-182, 2018.

CONCEIÇÃO PEDREIRA, G.; CASSIANO DE ARAÚJO, C. Os conselhos territoriais quilombolas no estado da Bahia: mecanismos para um processo de controle social e governança territorial. **GeoTextos**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018. DOI: 10.9771/geo.v14i2.26949. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/26949>. Acesso em: 8 fev. 2022.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais. **Revista NERA**, n. 18, p. 79-105, 2012.

DAMASCENA, Adriane Álvaro. Territórios Da Identidade: Os Negros E A Congada. **Revista GeoNordeste**, n. 1, 2011.

DEUS, José Antônio Souza et al. Os Processos Comunitários De Reafirmação Identitária E A Constituição De Paisagens Culturais Alternativas Nos Vales Dos Rios Doce E Jequitinhonha/Mg-Brasil. **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 73-90, 2018.

FARBELOW, Marcus V. **Educação e raça: acesso e trajetória escolar de negros e não-negros na Educação Básica**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281824536_Educacao_e_raca_acesso_e_trajetoria_escolar_de_negros_e_nao-negros_na_Educacao_Basica. Acesso em 25 de novembro de 2021.

FERNANDES, D. Conformação simbólica do espaço: um estudo sobre a relação hip-hop e religião. **GeoTextos**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2017. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v13i1.22278. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/22278>. Acesso em: 8 fev. 2022.

FERNANDO DINIZ, R.; MINÉ, G. O.; SANTOS TUBALDINI, M. A. dos. (Re)significação e (re)invenção cultural quilombola: as espacialidades afro-brasileiras do Conjunto da Marujada e do Grupo Curiango no Vale do Jequitinhonha/MG. **GeoTextos**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2014. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v10i1.9954. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9954>. Acesso em: 8 fev. 2022.

FURLONG, Anthony. Tolerância das performances de raça e classe na Zona Sul entre Homens queers do Rio de Janeiro. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 2, p. 161-175, 2010.

GARCÍA, María Franco. O Gênero Como Perspectiva De Análise Na Discussão Sobre As Localizações. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, n. 1, 2002.

GOMES, C. C. O Uso Do Território Paulistano Pelo Hip Hop: A Teoria De Milton Santos Para A Compreensão Da Força Do Lugar. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 17,

n. 2, p. 282-293, 2013. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2013.74949. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74949>. Acesso em: 8 fev. 2022.

GOMES, F. B.; SILVA, J. M. Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 21, n. 3, p. 703-717, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.127748. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/127748>. Acesso em: 8 fev. 2022.

HAESBAERT, Rogério: **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na « América Latina »**. Buenos Aires: CLACSO, 2021

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.), *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HOFBAUER, Andreas. **Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil**. São Paulo: Lua Nova, 2006. 9-56 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ln/n68/a02n68.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil - População: Cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> - Acesso em 10 de setembro de 2019

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Algumas características da força de trabalho por cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf - Acesso em 20 de outubro de 2019

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwj7iYaC2sblAhWhGbkGHWJRA4oQFjAAegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Fagenciadenoticias.ibge.gov.br%2Fmedia%2Fcom_mediaibge%2Farquivos%2F95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf&usg=AOvVaw0UmHG3oG5C83DhZUbxk9t_ - Acesso em 25 de outubro de 2019

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade> - Acesso em 15 de setembro de 2019

JUSTO, M. G. Pela igualdade - a geografia no debate sobre justiça social. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 4, n. 2, p. 131-136, 2000. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2000.123489. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123489>. Acesso em: 8 fev. 2022

MACHADO, Talita Cabral; RATTS, Alecsandro JP. As Mulheres e a Rua: Entre o Medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 194-213, 2017.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. Fronteira Étnica: Índio E Negro No Processo De Territorialização Do Litoral Sul Paraibano. **Revista GeoNordeste**, n. 3, 2013.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil, 2008.

MENDES, Andréa Aparecida Esteves; MILANI, Maria Luiza. Inserção da Mulher Negra Brasileira no Mercado de Trabalho no Período de 1980–2010 10.5212/Rlagg. v. 7. i2. 0011. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 2, p. 178-194, 2016.

MENEZES, Waléria. **O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola**. 2002. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/licitacao/preconceito_racial.pdf . Acesso em: 02 setembro de 2020.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios, territorialidades e identidades: relações materiais, simbólicas e de gênero no campo. **Revista Geonordeste**, v. 1, p. 2-16, 2017.

MOTA, Edimilson Antônio. O Livro Didático: do Determinismo Geográfico de Delgado de Carvalho à Educação das relações étnico-raciais. **Terra Livre**, v. 2, n. 45, p. 174-196, 2017.

NASCIMENTO, Taiane Flôres; DA COSTA, Benhur Pinós. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afro-brasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 181-204, 2015.

NETO, Maria Inácia D.'Avila; CAVAS, Claudio. Diáspora Negra: Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 2, n. 1, p. 3-11, 2011.
NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão; DOS PASSOS, Joana Célia. O lugar das relações raciais na Geografia. **Terra Livre**, v. 2, n. 47, p. 114-147, 2018.

OLIVEIRA, Daniel Coelho; GONÇALVES, Fábio Silva. Comida E O Processo De Transterritorialização No Candomblé, Umbanda E Quimbanda Em Bocaiúva, Minas Gerais, Brasil. **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 107-126, 2018.

PAULA, Marise Vicente de. De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in) visibilidade das mulheres negras. **Revista Latino-americana de geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, p. 155-164, 2012.

PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Org.). **Raça: Novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. 447 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf. Acesso em: 25 jan. 2018.

QUEIROZ, A. M. M. Belo Horizonte para quem? Versões territoriais negras para um espaço planejadamente branco. **GeoTextos**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.9771/1984-

5537geo.v1i1.12039. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12039>. Acesso em: 8 fev. 2022.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RATTS, Alex Prudêncio. Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**, v. 1, n. 46, p. 114-141, 2018.

RAUL, Jéssica Mara. Mulheres Negras, Remocao e Alinhamentos Discursivo: a vida no bairro carioca de Triagem. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 123-144, 2015.

ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia Cultural: Uma Antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. 296 p. v. 2.

ROSENDAHL, Zeni; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248 p.

ROSSI, Rinaldo Castilho. Memória de outra cidade: os quilombos e a urbanização de Salvador (BA). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 393-438, 2019.

SANTOS MONTEIRO, Karoline; GARCIA, Maria Franco. Dos Territórios De Reforma Agrária À Territorialização Quilombola: O Caso Da Comunidade Negra De Gurugi, Paraíba. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 11, n. 2, 2010.

SANTOS, M. A. A dimensão espacial no estudo da escravidão. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 18, n. 1, p. 140-151, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81094. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81094>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. **“Agenda & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes”**. 350 f. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SENNA, Ariane. A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra na universidade. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 304-317, 2018.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; DA CONCEIÇÃO BORGES, Leandro. Adolescentes Negros Moradores das Periferias Urbanas do Rio de Janeiro: entre Escola, Gênero, Masculinidades, Raça, Violência e Vivências. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 3-21, 2018.

SILVA SANDES, Renilton. Representações Sociais no Território de Elísio Medrado Marcada pelas Práticas de Prostituição das Mulheres' Rapa-Bolso. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p. 94-104, 2012.

SILVA, E. C. “RECORDAÇÃO DA CASA DOS MORTOS”: apontamentos sobre a docência em uma penitenciária do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 77–94, 2019. DOI: 10.46789/edugeo.v8i16.546. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/546>. Acesso em: 8 fev. 2022.

SILVA, Edelci Nunes; CARRIL, Lourdes de Fatima Bezerra. Espaço e memória do negro na área urbana de Sorocaba: um estudo do meio contra as invisibilidades na formação de professor de geografia e pedagogia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 360-392, 2019.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Interseccionalidade e mobilidade transnacional entre Brasil e Espanha nas redes de prostituição. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 51-66, 2012.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira. A Contribuição Das Premissas Pós-Coloniais Para O Ensino Da Geografia Escolar. **Revista GeoNordeste**, n. 1, p. 258-271, 2019.

SILVA, Lucas Bento. A Dinâmica da Construção da Identidade e do Território no Quilombo Cafundó. **Revista GeoNordeste**, n. 2, 2012.

SILVA, Lucas Bento. Impacto Econômico E Soberania Alimentar E Nutricional: Um Estudo De Caso Na Comunidade Negra Rural Palenqueira San Juan De Palos Prieto, Região Do Caribe Colombiano. **Revista NERA**, n. 32, p. 195-213, 2016.

SILVA, Lucas Bento. O Processo De Reconhecimento Territorial E Os Impactos Das Políticas No Quilombo Cafundó-Sp. **Revista GeoNordeste**, n. 3, p. 153-168, 2014.

SILVA, Rachel Cabral. Desejo de Cidade e Sociabilidade Negra. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 4, n. 1, p. 162-174, 2013.

SILVA, Simone Rezende. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano, v. 14, n. 19, p. 73-89, 2011.

SILVA, Susana Maria Veleda; TÊDDE, Rafael Moura. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 90-108, 2019.

SOUZA ALVES, Neise Mare; DE MOURA ROCHA, Maria Regina; DOS SANTOS, Miguel Antônio. Projeto Cultura Afro-Brasileira no Colégio Estadual Da Bahia. **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 139-154, 2014.

SOUZA, Lorena Francisco. Estudantes africanos em universidades goianas: acordos de cooperação, migração e racismo. **Terra Livre**, v. 1, n. 48, p. 13-45, 2018.

WALDMAN, M. Imaginário, Espaço e Discriminação Racial. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 7, n. 2, p. 45-63, 2003. DOI: 10.11606/issn.2179-

0892.geosp.2003.123823. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123823>. Acesso em: 8 fev. 2022.

WILLEMANN, Estela Martini. Candomblé no Brasil: traçando uma nova geografia social de gênero, raça e classe a partir de uma proposta de sociabilidade outra. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 2, p. 108-120, 2011.

ZILLOTTO, Denise Macedo; DOS SANTOS, Leticia Laureano. Histórias de Trabalho de Mulheres Negras com Ensino Superior. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 71-91, 2015.